



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 05**.

Então Deus puniu a minha loucura e soberba; e quando descí ruelas escuras e desabei sobre a aldeia, meus sapatos faziam irregulares um ruído alto. Sentia-me um cavalo cego. Perto era tudo escuro; mas adivinhei o começo da praça pelo perfil indeciso dos telhados negros no céu noturno.

De repente a ladeira como que encorcovou sob meus pés, não era mais eu o cavalo, eu montava de pé um cavalo de pedras, ele galopava rápido para baixo.

Por milagre não caí, rolei vertical até desembocar no largo vazio: mas então divisei uma pequena luz além. O homem da hospedaria me olhou com o mesmo olhar de espanto e censura com que outros me receberiam – como se eu fosse um paraquedista civil lançado no bojo da noite para inquietar o sono daquela aldeia.

Disse-me que, dobrando à esquerda, além do cemitério, havia casa cercada de árvore; não era pensão, mas às vezes acolhiam alguém. Fui lá, bati palmas tímidas, gritei, dei murros na porta, ninguém lá dentro murmurou nem mugiu.

“Não há nesta aldeia de cristão um homem honesto que me dê pouso por uma noite?” Assim bradei, em vão. Então, como longe passasse um zumbido de aeroplano, me pus a considerar que o aviador assassino que no fundo das madrugadas arrasa com uma bomba uma aldeia adormecida – faz, às vezes, uma coisa simpática. Mas reina a paz em todas estas varsóvias escuras; amanhã pela manhã toda essa gente abrirá suas casas e sairá para a rua com um ar cínico e distraído, como se fossem pessoas de bem.

Passa na estrada um homem de bicicleta. Para um pouco longe de mim, meio assustado, e pergunta se preciso de alguma coisa. Digo-lhe que não achei onde dormir, estou marchando para outra aldeia. Não lhe peço nada, já não me importa dormir, posso andar por essa estrada até o sol me bater na cara.

Ele monta na bicicleta, mas depois de alguns metros volta. Atrás daquele bosque que me aponta passa a estrada de ferro, e ele trabalha na estaçãozinha humilde: dentro de duas horas tenho um trem.

Lá me recebe pouco depois, como um grão-senhor: no fundo do barracão das bagagens já me arrumou uma cama de ferro; não tem café, mas traz um copo de vinho.

Já não quero mais dormir: sala iluminada, onde o aparelho do telégrafo faz às vezes um ruído de inseto de metal, vejo trabalhar esse pequeno funcionário calvo e triste – e bebo em silêncio à saúde de um homem que não teme nem despreza outro homem.

(Rubem Braga. *Marcha noturna*.

<https://cronicabrasileira.org.br, 04.02.1951>. Adaptado)

**01.** De acordo com informações presentes no texto, é correto afirmar que

- (A) a gratidão do narrador para com o homem da bicicleta é expressa com efusão por ter sido este sua salvação.
- (B) a relutância do narrador em dormir confirma seu orgulho inútil, já que sua preferência por café denunciava que o sono o dominava.
- (C) o narrador desejava que sobreviesse um ataque aéreo surpresa sobre a pequena cidade inospitaleira.
- (D) antes de apear do cavalo na hospedaria o narrador já estava cansado de tanto tentar arranjar pouso na cidade.
- (E) o cansaço do narrador fez com que ele enxergasse a si próprio como um militar hostilizado por uma cidade que não o viu.

**02.** No texto, o narrador atribui a si próprio a qualidade de

- (A) altivez.
- (B) camaradagem.
- (C) galhardia.
- (D) solidariedade.
- (E) temperança.

**03.** No trecho “... eu montava de pé um cavalo de pedras, ele galopava rápido para baixo”, o vocábulo **rápido** pertence à mesma classe de palavras que o destacado em:

- (A) ... descí ruelas escuras e desabei sobre a aldeia, meus sapatos faziam irregulares um ruído **alto**. (1º parágrafo)
- (B) Por milagre não caí, rolei vertical até desembocar no largo vazio: mas então divisei uma pequena luz **além**. (3º parágrafo)
- (C) Disse-me que, dobrando à **esquerda**, além do cemitério, havia casa cercada de árvore... (4º parágrafo)
- (D) “Não há nesta aldeia de cristão um homem honesto que me dê **pouso** por uma noite?” (5º parágrafo)
- (E) Mas reina a paz em todas estas varsóvias **escuras**; amanhã pela manhã toda essa gente... (5º parágrafo)

04. No trecho “De repente a ladeira **como** que encorcovou sob meus pés...”, o vocábulo destacado foi empregado com o mesmo valor de sentido que na frase:

- (A) **Como** tinha sido capaz de chegar a uma cidade sem qualquer provisão ou arranjos?
- (B) Entendeu a situação **como** bem lhe convinha e saiu acusando a todos de cínicos.
- (C) Era aquele o modo **como** o homem calvo tratava os desconhecidos que à cidade chegavam.
- (D) O homem tinha um olhar reprovador **como** se quisesse negar abrigo sem nada dizer.
- (E) O viajante, estrangeiro **como** era, viu-se sem opções para repousar o corpo cansado.

05. Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado teve sua posição alterada em relação ao trecho original, mantendo-se a correção da norma-padrão de colocação pronominal da língua portuguesa.

- (A) ... o mesmo olhar de espanto e censura com que outros receberiam-**me**...
- (B) Não há nesta aldeia de cristão um homem honesto que dê-**me** pouso por uma noite?
- (C) Então, como longe passasse um zumbido de avião, pus-**me** a considerar...
- (D) Atrás daquele bosque que aponta-**me** passa a estrada de ferro...
- (E) ... no fundo do barracão das bagagens já arrumou-**me** uma cama de ferro...

06. A formação do plural de **grão-senhor** dá-se da mesma forma que a do vocábulo:

- (A) caça-talento.
- (B) cirurgião-dentista.
- (C) decreto-lei.
- (D) guarda-civil.
- (E) redator-chefe.

07. Está em conformidade com a norma-padrão de regência a frase:

- (A) A sensação de estar em lugar que não pertence pode gerar um trauma perene.
- (B) Falta de hospitalidade acarreta geralmente uma fama ruim para quem a pratica.
- (C) Passantes mais desatentos nem mesmo desconfiam ao que o forasteiro passou.
- (D) Perante a uma série de acontecimentos insólitos, é preferível a deixar a cidade.
- (E) O olhar altivo dos moradores da cidade conduziu-a o título de “cidade antipática”.

Leia o texto para responder às questões de números 08 e 09.

Melhor pecar por ser óbvio do que por ser omissivo: palavras são as menores unidades de sentido autônomo da escrita. Sendo assim, nenhum escriba conseguirá ir muito longe se não cultivar com elas, quase sempre por meio da leitura, uma intimidade pelo menos razoável.

Isso significa – não apenas, mas em primeiro lugar – saber o que elas significam em estado de dicionário. No meu caso, não há maior inimigo da boa vontade que tenho para a leitura de um texto do que descobrir que seu autor usa, por exemplo, “literal” para o que é figurado e “latente” com o sentido de “patente”.

Qual é o sentido de garantir a literalidade do que não tem nenhuma? A rigor, “a viagem me deixou literalmente morto de cansado” é uma afirmação que só poderia ser feita por um autor defunto como Brás Cubas.

Problema semelhante tem uma frase como “Fulano me ligou em prantos; a dor dele com a separação é latente”. Não, não é. A dor do fulano talvez fosse latente antes do choro ao telefone. Depois, é patente.

Alguns estudiosos argumentam que o uso, mesmo que a princípio esteja equivocado, acabará por normalizar tudo isso – se é que já não o fez. Todo idioma está fadado a mudar de feição o tempo todo, com as palavras ganhando pouco a pouco sutilezas que podem acabar por torná-las inteiramente diferentes do que foram um dia. É verdade. No entanto, quando a confusão recai sobre pares de antônimos tão perfeitos, acreditar que a ignorância venha a ser produtiva me parece um excesso de otimismo.

(Sérgio Rodrigues. *Literalmente latente, mas talvez não*. [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br), 28.06.2023. Adaptado)

08. Está em conformidade com o sentido de **literalmente** defendido pelo autor do texto a frase:

- (A) Ao ler um dicionário, podemos literalmente viajar pelo mundo das palavras.
- (B) De tanto as pessoas usarem aquela palavra, ela ficou literalmente desgastada.
- (C) Os escribas literalmente desenvolvem um trato com as palavras no ofício.
- (D) A ignorância literalmente desequilibra a ordem social e deve ser combatida.
- (E) O erro da maioria das pessoas é literalmente crasso quando empregam “latente”.

09. O vocábulo destacado pode ser substituído pelo que está entre colchetes, gerando o sentido contrário e sem prejuízo da correção gramatical do trecho:

- (A) Melhor pecar por ser óbvio do que por ser **omisso**: palavras são as menores unidades de sentido autônomo da escrita. [exíguo]
- (B) No meu caso, não há maior **inimigo** da boa vontade que tenho para a leitura de um texto do que descobrir que seu autor usa... [antagonista]
- (C) Problema **semelhante** tem uma frase como “Fulano me ligou em prantos, a dor dele com a separação é latente”. [convergente]
- (D) Todo idioma está fadado a mudar de feição o tempo todo, com as palavras ganhando pouco a pouco **sutilezas**... [acuidades]
- (E) No entanto, quando a confusão recai sobre pares de antônimos tão **perfeitos**, acreditar que a ignorância venha a ser produtiva me parece um excesso de otimismo. [eivados]

10. Assinale a alternativa em que a frase está em conformidade com a norma-padrão de concordância e de emprego do acento indicativo de crase.

- (A) As palavras e seus sentidos chegaram às obras lexicográficas após os falantes empregarem-no de maneira extensiva.
- (B) Até à Idade Média, os escribas no Ocidente estavam mormente concentrados no serviço para a Igreja, a qual os sustentavam.
- (C) Brás Cubas é personagem de obra muito lida por estudantes, que à ela recorrem sobretudo para obterem aprovação no vestibular.
- (D) A importância dos dicionários faz-se sentir mesmo hoje em que temos à disposição recursos informatizados, mas pouco confiáveis.
- (E) Cabem às instituições de ensino levar o conhecimento do significado correto das palavras aos que ainda estão em etapa de alfabetização.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Determinado município sofre pressão da classe dos professores da rede pública para criar plano de carreira. O Ministério Público, por sua vez, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade. A esse respeito, é correto afirmar que a ação direta de inconstitucionalidade por omissão deve

- (A) tramitar perante o STF, em face do Prefeito Municipal.
- (B) ser proposta perante o Tribunal de Justiça Local, em face do Prefeito Municipal.
- (C) ser proposta perante o Tribunal de Justiça Local, em face da Câmara de Vereadores.
- (D) ser proposta perante o STF, em face do Congresso Nacional.
- (E) ser proposta perante o Tribunal de Justiça Local, em face da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.



12. ~~Acerca do modelo federalista brasileiro, assinale a alternativa correta nos termos da Constituição Federal.~~

- ~~(A) A organização político-administrativa compreende a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios, se assim criados por lei, todos autônomos e independentes entre si.~~
- ~~(B) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.~~
- ~~(C) Para Municípios com mais de 600 mil habitantes, até 750 mil habitantes, a Câmara Municipal deve ser composta por 27 vereadores.~~
- ~~(D) Os Territórios poderão ser divididos em distritos, conforme lei complementar.~~
- ~~(E) Nos Territórios Federais com mais de 150 mil habitantes, além de Governador nomeado na forma desta Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instâncias, câmara territorial e respectivo tribunal de contas local.~~

13. Determinado município pretende criar regras sobre trânsito, com a implantação de rodízio de automóveis e estacionamento de veículos nas vias públicas. Considerando a Constituição Federal, é correto afirmar que a medida
- (A) viola competência legislativa da União sobre trânsito e transportes, razão pela qual o Município não pode legislar sobre o assunto.
  - (B) versa sobre competência legislativa da União sobre trânsito e transportes, porém é permitido ao Município suplementá-la.
  - (C) viola competência legislativa da União sobre diretrizes da política nacional dos transportes, razão pela qual o Município não pode legislar sobre o assunto.
  - (D) viola competência residual dos Estados, razão pela qual o Município não pode legislar sobre o assunto.
  - (E) versa sobre competência legislativa dos Municípios para tratar sobre assuntos de interesse local.
14. Determinada Câmara de Vereadores pretende criar órgão auxiliar para realizar controle externo sobre as contas municipais, a ser denominado Gabinete de Controle das Contas Públicas. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a Câmara Municipal
- (A) possui autonomia para se autogerenciar, de maneira que pode criar órgão auxiliares para realização de suas atribuições constitucionais.
  - (B) deve submeter projeto de lei para criação do referido órgão.
  - (C) deve garantir apoio da maioria absoluta de seus membros, nos termos de seu Regimento Interno, para gerenciar seu funcionamento e limite de atuação.
  - (D) deve rejeitar a proposta, haja vista que é vedada a criação de órgãos de contas municipais, independentemente da nomenclatura que venha a receber.
  - (E) deve rejeitar parcialmente a proposta, uma vez que o órgão pode ter funções de apoio, porém não deve impedir o controle pelo tribunal de contas municipal.
15. Acerca da comunicação social, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) Compete à lei municipal regular as diversões e espetáculos públicos que se realizarem em sua circunscrição.
  - (B) A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.
  - (C) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.
  - (D) O Congresso Nacional deve instituir, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.
  - (E) O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de vinte para as de televisão.
16. Proprietário de solo urbano não edificado, localizado em área urbana, deixou de utilizá-lo há anos, de modo que não foi atendida sua função social. A esse respeito, considerando a Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) o Município pode determinar, sucessivamente, parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
  - (B) o Município pode determinar, alternativamente, parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
  - (C) o Município pode determinar, sucessivamente, incidência de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
  - (D) o Estado pode determinar, sucessivamente, parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
  - (E) a União pode determinar, sucessivamente, o parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

17. Sobre o direito à saúde, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 3 (três) salários-mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (B) é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas sem fins lucrativos.
- (C) ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- (D) é permitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- (E) os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, adicional de periculosidade.

18. Acerca do direito à educação, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A União aplicará, anualmente, nunca menos de quinze, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (B) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- (C) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa em direito de preferência ao aluno que aguarda pela vaga.
- (D) O ensino religioso, previsto na Base Nacional Comum Curricular, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- (E) O princípio da gestão democrática do ensino público possui aplicabilidade imediata.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

19. Teorias doutrinárias foram concebidas para explicar como a atuação da pessoa física pode ser atribuída ao Estado (pessoa jurídica). Dentre essas teorias, uma prevê que o órgão nasce no mesmo instante de constituição da pessoa jurídica, que, por meio dele, atua. Deve-se a Otto Gierke (Berlim, 1857) a estruturação dessa teoria.

É correto afirmar que o enunciado se refere à teoria

- (A) subjetiva.
- (B) do órgão.
- (C) objetiva.
- (D) da representação.
- (E) do mandato.

20. A Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) contempla algumas alterações às contratações e licitações públicas no ordenamento jurídico brasileiro.

Assinale a alternativa que corretamente apresenta uma dessas alterações.

- (A) Excluiu apenas o convite como modalidade de licitação (concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão), substituindo-o pelo diálogo competitivo.
- (B) Previsão e reconhecimento explícito dos procedimentos auxiliares: divulgação do edital de licitação, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, fase recursal e homologação.
- (C) A atualização de valores para a dispensa de licitação, em razão do valor. Na Lei anterior, o critério para essa dispensa era de R\$ 33 mil para obras e serviços de engenharia; este passou para R\$ 300 mil, e houve a inclusão aqui do serviço de manutenção de veículos.
- (D) Previsão e reconhecimento explícito dos procedimentos auxiliares: credenciamento, pré-qualificação, procedimento de manifestação de interesse, sistema de registro de preço e registro cadastral.
- (E) Não excluiu qualquer modalidade de licitação (concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão), entretanto, ampliou a relação criando o diálogo competitivo.

21. Com relação aos serviços públicos econômicos, é correto afirmar:

- (A) são exemplos os serviços de energia elétrica, gás canalizado, transportes coletivos.
- (B) a legislação autoriza apenas em algumas hipóteses a possibilidade de se auferir lucros, como é o caso da exploração de minérios e minerais nucleares.
- (C) são também denominados de atividades privadas eminentemente econômicas, pois se caracterizam pelo interesse próprio de empresas privadas.
- (D) veda-se a possibilidade de a prestadora auferir lucros oriundos de suas execuções.
- (E) somente poderão ser assim classificados os serviços coletivos, como os de iluminação pública e de abastecimento de água.

- 22.** Nos termos da Lei Federal nº 12.846/13, é correto afirmar que a celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica, dentre outras, da seguinte sanção:
- (A) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto.
  - (B) suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
  - (C) dissolução compulsória da pessoa jurídica.
  - (D) perdimento dos bens que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração.
  - (E) publicação extraordinária da decisão condenatória.
- 23.** Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa), é correto afirmar:
- (A) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado nunca responderão pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
  - (B) da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá apelação.
  - (C) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
  - (D) o herdeiro daquele que causar danos ao erário responderá com seu patrimônio pessoal pela obrigação de repará-los.
  - (E) considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na legislação, que se caracteriza pela simples voluntariedade do agente.
- 24.** Com relação ao controle da Administração exercido pelo Tribunal de Contas, é correto afirmar que
- (A) a função desempenhada pelo Tribunal de Contas é técnica, administrativa e política.
  - (B) a fiscalização se restringe ao controle financeiro da Administração Pública direta e indireta.
  - (C) o controle pode tanger a: legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação de subvenções e renúncias de receitas.
  - (D) o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo e, apesar de possuir autonomia nas suas decisões, integra e estrutura organizacional deste Poder.
  - (E) a fiscalização não se restringe ao controle financeiro, mas inclui a fiscalização contábil e orçamentária da Administração Pública direta e apenas a fiscalização contábil da Administração Pública indireta.
- 25.** Nos termos da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas. A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia.
- Considerando o exposto no enunciado, é correto afirmar que
- (A) poderá, nas hipóteses contempladas na legislação, ser exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.
  - (B) a contragarantia exigida pelos Estados aos Municípios não poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas.
  - (C) nas hipóteses previstas na legislação, poderá ser concedida garantia acima dos limites fixados pelo Senado Federal, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.
  - (D) entidades da Administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, poderão conceder garantia com recursos de fundos.
  - (E) o ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.
- 26.** Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- (A) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
  - (B) É inadmissível segunda punição de servidor público, baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira.
  - (C) É necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.
  - (D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a constituição.
  - (E) Diretor de sociedade de economia mista pode ser destituído no curso do mandato.

**27.** A respeito dos direitos da personalidade conforme disposição no Código Civil, é válida, para depois da morte, no todo ou em parte, com objetivo(s)

- (A) exclusivamente científico, a disposição gratuita do próprio corpo.
- (B) exclusivamente altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo.
- (C) científico ou altruístico, não podendo ser revogada a autorização da disposição do próprio corpo, após sua concessão.
- (D) altruístico e científico, a disposição onerosa do próprio corpo, desde que em moeda nacional.
- (E) científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo.

**28.** Nos termos do Código Civil, a interrupção da Prescrição

- (A) produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- (B) por um credor aproveita aos outros credores, ainda que não solidários.
- (C) operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.
- (D) operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.
- (E) operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores.

**29.** Assinale a alternativa que trata corretamente a respeito da posse, nos termos do Código Civil.

- (A) Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- (B) Considera-se detentor aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- (C) É justa a posse quando o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (D) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- (E) A posse de boa-fé só perde esse caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

**30.** Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta com relação à propriedade.

- (A) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário se opor a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las.
- (B) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- (C) O proprietário não pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, ainda que estas nela tenham realizado obras e serviços considerados pelo juiz de interesses social e econômico relevantes.
- (D) O proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, desde que submetidos à transformação industrial, obedecido o disposto em lei especial.
- (E) Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, desde quando separados, a outrem.

**31.** Nos termos da Lei, serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

- (A) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal.
- (B) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que declararem a filiação legítima.
- (C) os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente.
- (D) os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos.
- (E) as sentenças declaratórias de ausência.

**32.** Com relação às nulidades no Direito processual civil, conforme previsão no diploma legal, assinale a alternativa correta.

- (A) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, aplicando-se o mesmo às nulidades que o juiz deva decretar de ofício.
- (B) É anulável o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- (C) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
- (D) O ato será repetido independentemente de haver prejudicado a parte.
- (E) O erro de forma do processo acarreta unicamente a nulidade dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários, a fim de se observarem as prescrições legais.

**33.** Nos termos do CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- (B) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada somente mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens ou registro de protesto contra alienação de bem.
- (C) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- (D) Desde que mediante reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.
- (E) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

**34.** Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente quando:

- (A) o pedido contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) for inepta.
- (C) o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.
- (D) a parte for manifestamente ilegítima.
- (E) o autor carecer de interesse processual.

**35.** Conforme disposição expressa do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A desistência da ação pode ser apresentada até a audiência de instrução.
- (B) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.
- (C) Oferecida a contestação, o autor poderá, independentemente de consentimento do réu, desistir da ação.
- (D) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- (E) Se o autor der causa, por 2 (duas) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto.

**36.** Considerando os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta nos termos legais.

- (A) É competente para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, somente até o valor de 40 (quarenta) salários-mínimos.
- (B) No foro onde estiver instalado, a sua competência será relativa.
- (C) Podem ser partes como autores somente as pessoas físicas.
- (D) Nas causas de sua competência, não haverá reexame necessário.
- (E) É competente para processar as ações de mandado de segurança por improbidade administrativa.



37. Fulano de Tal recebeu notificação de lançamento, relativa aos últimos cinco exercícios fiscais, do imposto municipal sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU), em função de diferenças na área construída efetiva do imóvel em comparação à área cadastral declarada à Prefeitura. Tendo recebido a notificação para pagamento ou impugnação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, Fulano contestou administrativamente o lançamento no trigésimo dia útil após o recebimento da notificação. Com base nessa situação específica é correto afirmar, conforme o Código Tributário Nacional (CTN), que:

- (A) o início da contagem de prazo para a impugnação de lançamento tributário é de 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento da notificação de lançamento.
- (B) a impugnação apresentada é intempestiva e, portanto, não suspende a exigibilidade do crédito tributário, tampouco o prazo prescricional.
- (C) os prazos previstos no CTN são contados em dias úteis, de maneira que a impugnação é tempestiva, suspendendo tanto a exigibilidade do crédito tributário quanto o prazo prescricional.
- (D) os prazos previstos no CTN são contados em dias úteis, de maneira que a impugnação é tempestiva, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, mas não o prazo prescricional.
- (E) a impugnação apresentada é intempestiva e, portanto, não suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas apenas o prazo prescricional para a sua cobrança.

38. A empresa ABC Ltda., notificada de lançamento tributário relativo ao imposto municipal sobre serviços (ISS) incidente sobre o que ela considera serem receitas de royalties, resolve propor ação judicial com o objetivo de desconstituir o lançamento tributário, fazendo uso de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial prova pericial. Neste contexto, é correto afirmar que a empresa deve propor a seguinte medida judicial:

- (A) ação consignatória.
- (B) mandado de segurança.
- (C) ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.
- (D) ação anulatória.
- (E) embargos à execução fiscal.

39. O Município "X" aprovou mediante lei ordinária programa de parcelamento incentivado, por meio do qual o contribuinte pode incluir créditos tributários, lançados ou ainda não lançados, em plano de parcelamento em até 360 parcelas mensais, com juros simples de 1% ao mês, mais correção monetária pelo índice de preços ao consumidor amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-IBGE). A Empresa XPTO S/A aderiu ao programa de parcelamento, confessando a existência de dívida ainda não lançada pelo Fisco, no valor de R\$ 100.000,00, obtendo, após o pagamento da primeira parcela, certidão positiva de débitos com efeitos de negativa. No terceiro mês após o início dos pagamentos, a empresa parou de realizar a quitação das parcelas, decidindo discutir em juízo a existência da dívida, considerando-se que ela não foi resultado de lançamento tributário realizado pela autoridade administrativa, mas sim de mera declaração realizada pelo próprio contribuinte. Com base na legislação nacional e na jurisprudência tributária é correto afirmar acerca da situação hipotética citada que:

- (A) o pedido de parcelamento deferido constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário, mediante execução fiscal.
- (B) a moratória e o parcelamento, como hipóteses de suspensão do crédito tributário, apenas podem ser aprovados mediante lei complementar específica.
- (C) a ausência de pagamento pelo contribuinte autoriza a cobrança imediata da dívida, com os acréscimos dos juros e da correção monetária projetados para os 360 meses futuros.
- (D) a interrupção de pagamento por parte da empresa é um direito potestativo dela, do qual não pode decorrer nenhum tipo de prejuízo de ordem tributária.
- (E) a argumentação encontra respaldo na legislação, pois se exige o lançamento realizado pela autoridade administrativa, mesmo em caso de confissão de dívida pelo contribuinte.

40. É correto afirmar, sobre as renúncias de receitas, conforme a Lei Complementar nº 101, de 2000, que:

- (A) suas regras se aplicam integralmente à redução de tributos de natureza extrafiscal, tais como o imposto de importação, exportação e sobre produtos industrializados.
- (B) o cancelamento de débitos cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança exige a apresentação de medidas de compensação.
- (C) a moratória tributária não consubstancia renúncia de receitas para efeitos desta Lei, uma vez que é mera causa de suspensão do crédito tributário.
- (D) o plano plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas decorrentes de isenções, anistias, remissões, e benefícios de natureza tributária.
- (E) devem atender ao princípio da anterioridade, da novotena e da irretroatividade, como forma de assegurar a concretização do princípio da segurança jurídica.

41. A respeito do regime constitucional dos precatórios judiciais é correto afirmar com base na jurisprudência nacional que:

- (A) é cabível recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios judiciais.
- (B) os honorários advocatícios incluídos na condenação consubstanciam verba de natureza equivalente ao montante devido ao credor principal da ação, seja ou não de natureza alimentar.
- (C) os precatórios federais devidos pela União a município da Federação não podem ser deduzidos dos valores a serem pagos por este à União em razão de renegociação de dívida.
- (D) não incidem juros de mora sobre os precatórios pagos durante o período entre a apresentação do precatório e o final do exercício seguinte.
- (E) os precatórios judiciais são pagos mediante a aplicação de alíquota fixa sobre a receita líquida real de municípios, estados, Distrito Federal e União.

**DIREITO DO TRABALHO E  
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

42. De acordo com o regramento da CLT, acerca da jornada de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A jornada de trabalho intermitente permite que o empregado escolha livremente o horário em que irá trabalhar, sem limite de horas diárias.
- (B) A jornada de trabalho intermitente consiste em períodos alternados de trabalho e descanso, com a duração máxima de seis horas por dia.
- (C) A jornada de trabalho noturna compreende o período entre as 18h de um dia e as 6h do dia seguinte, acrescida de duas horas extras diárias.
- (D) Considera-se jornada de trabalho em regime de tempo parcial aquela cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas extras.
- (E) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, sendo vedada por acordo individual.

43. Assinale a alternativa correta sobre a extinção do contrato de trabalho, considerando-se a jurisprudência do TST e as normas da CLT.

- (A) A extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses, salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa.
- (B) A ocorrência de justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, não retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- (C) O pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão contratual ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias úteis contados a partir do término do contrato.
- (D) A efetivação das dispensas imotivadas plúrimas ou coletivas necessitam de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- (E) Quando o empregado for analfabeto, o pagamento a que fizer jus em razão da extinção do contrato de trabalho deverá ser efetuado exclusivamente em dinheiro.

44. Acerca da renúncia e da transação no Direito do Trabalho é correto afirmar:

- (A) O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, mesmo no caso em que comprove a obtenção de novo emprego, ficando o empregador obrigado ao pagamento do respectivo valor.
- (B) É nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.
- (C) A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho por adesão do empregado a plano de demissão voluntária implica em quitação geral das verbas trabalhistas, ainda que essa condição não tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano.
- (D) É válida cláusula contratual que estabelece a possibilidade de transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do salário sem redução da sua jornada de trabalho.
- (E) No direito do trabalho, em razão do princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhista, não se admite, em qualquer hipótese, renúncia ou transação por parte do empregado.

45. Relativamente ao processo do trabalho, assinale a alternativa correta.
- (A) A decisão que defere horas extras com base em prova oral ou documental ficará limitada ao tempo por ela abrangido.
  - (B) Em dissídio individual, está sujeita ao reexame necessário toda decisão contrária à Fazenda Pública, independentemente do valor da condenação.
  - (C) Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de descon sideração da personalidade jurídica previsto no Código de Processo Civil.
  - (D) O simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador torna suspeita a testemunha.
  - (E) É inadmissível a juntada de documentos na fase recursal, ainda que se referir a fato posterior à sentença.
46. Acerca do sistema recursal trabalhista, à luz da jurisprudência do TST, é correto afirmar:
- (A) O recurso ordinário interposto contra despacho monocrático que indefere a petição inicial de ação rescisória ou de mandado de segurança não pode ser recebido como agravo regimental.
  - (B) É inadmissível recurso de revista em face de acórdão proferido em agravo de petição.
  - (C) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
  - (D) A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante agravo de instrumento.
  - (E) Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 (oito) dias.

47. Determinado indivíduo foi condenado com trânsito em julgado por crime consumado sem violência e nem grave ameaça à pessoa. Na sentença o magistrado diminuiu-lhe a pena de 1/2, por considerar que o dano, por ato voluntário, tinha sido reparado antes do recebimento da denúncia. O instituto que possibilitou a diminuição de pena denomina-se:
- (A) erro sobre a ilicitude do fato.
  - (B) arrependimento posterior.
  - (C) arrependimento eficaz.
  - (D) desistência voluntária.
  - (E) tentativa inidônea.
48. Assinale a alternativa que apresenta, apenas, crimes próprios quanto ao sujeito ativo.
- (A) Violência arbitrária; corrupção ativa; prevaricação.
  - (B) Corrupção passiva; peculato; usurpação de função pública.
  - (C) Violação de sigilo funcional; tráfico de influência; abandono de função.
  - (D) Concussão; facilitação de contrabando ou descaminho; advocacia administrativa.
  - (E) Afastamento de licitante; exercício funcional ilegalmente prolongado; condescendência criminosa.
49. De acordo com o CPP, contra decisão que decidir o incidente de falsidade cabe
- (A) apelação.
  - (B) agravo retido.
  - (C) carta testemunhável.
  - (D) mandado de segurança.
  - (E) recurso em sentido estrito.

## DIREITO ELEITORAL

50. No que se refere às prestações de contas dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) A desaprovação da prestação de contas do partido não ensejará sanção alguma que o impeça de participar do pleito eleitoral.
- (B) As decisões da Justiça Eleitoral nos processos de prestação de contas ensejam, se desaprovadas as contas, a inscrição dos dirigentes partidários no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).
- (C) Os balanços apresentados pelos partidos não precisam conter discriminação detalhada das receitas e despesas.
- (D) A desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 50% (cinquenta por cento).
- (E) O exame da prestação de contas dos órgãos partidários não tem caráter jurisdicional.

51. Assinale a alternativa correta quanto às situações de elegibilidade.

- (A) Os analfabetos são elegíveis, segundo jurisprudência do STF.
- (B) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos podem, caso queiram, renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (C) A nacionalidade brasileira não é condição de elegibilidade.
- (D) É condição de elegibilidade a idade mínima de 35 anos para senador.
- (E) É condição de elegibilidade a idade mínima de 21 anos para governador.

52. Assinale a alternativa correta.

- (A) Plebiscito e referendo são as únicas formas previstas em lei para o exercício da soberania popular.
- (B) O plebiscito destinado à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de Municípios, será convocado única e exclusivamente pelo Congresso Nacional.
- (C) A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.
- (D) Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de maioria simples dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- (E) A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, dez por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por dez Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

## DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

53. O Estatuto da Criança e do Adolescente destina um capítulo para resguardar aos destinatários da norma o Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

Sobre esse tema é correto afirmar:

- (A) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- (B) será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, mediante autorização judicial.
- (C) os detentores da guarda possuem o prazo de 30 (trinta) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.
- (D) serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir do dia do acolhimento.
- (E) a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

54. A Lei nº 13.146/2015 traz o seguinte conceito: “corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho”. Está-se falando de:
- (A) inclusão da pessoa com deficiência no trabalho.
  - (B) direito à assistência social.
  - (C) habilitação profissional.
  - (D) estímulo ao empreendedorismo.
  - (E) trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo.

55. Acerca da Ação Civil Pública, é correto afirmar:

- (A) o Ministério Público atua em ações desta natureza apenas como polo ativo.
- (B) os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- (C) os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 5 (cinco) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e até o triplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- (E) o juiz concederá o efeito suspensivo a todos os recursos interpostos de sentença oriunda dessas ações, para evitar dano irreparável à parte.

### DIREITO COMERCIAL

56. Assinale a alternativa que retrata a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça em matéria de títulos de crédito.

- (A) A prescrição da pretensão executória de título cambial enseja o cancelamento automático de anterior protesto regularmente lavrado e registrado.
- (B) O devedor não pode alegar contra a empresa de *factoring* as exceções pessoais originalmente oponíveis contra o emitente do título.
- (C) A cambial emitida ou aceita com omissões, ou em branco, é nula de pleno direito.
- (D) O endossatário de título de crédito por endosso-mandato responde por danos decorrentes de protesto indevido.
- (E) Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco.

57. De acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), assinale a alternativa que apresenta o conceito legal, completo, de microempresas e empresas de pequeno porte.

- (A) A sociedade empresária e o empresário, devidamente registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no caso da microempresa; ou, no caso de empresa de pequeno porte, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), auferida no mesmo período.
- (B) A sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no caso da microempresa; ou, no caso de empresa de pequeno porte, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), auferida no mesmo período.
- (C) A sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no caso da microempresa; ou, no caso de empresa de pequeno porte, receita bruta igual ou superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), auferida no mesmo período.
- (D) A sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário, devidamente registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no caso da microempresa; ou, no caso de empresa de pequeno porte, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), auferida no mesmo período.
- (E) A sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário, devidamente registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no caso da microempresa; ou, no caso de empresa de pequeno porte, receita bruta igual ou superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), auferida no mesmo período.

58. Assinale a alternativa correta no que se refere aos contratos de arrendamento mercantil financeiro.

- (A) O prazo efetivo do arrendamento mercantil deve ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de vida útil econômica do bem arrendado.
- (B) O preço para o exercício da opção de compra deve ser o valor de mercado do bem arrendado.
- (C) O contrato não deve prever pagamento de valor residual garantido.
- (D) O prazo mínimo deve ser de 2 (dois) anos, para bens com vida útil igual ou inferior a 5 (cinco) anos; e de 3 (três) anos, para bens com vida útil superior a 5 (cinco) anos.
- (E) O total dos pagamentos feitos pela arrendatária devem corresponder a 90% do custo total do bem.

#### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

59. A respeito da Gestão Democrática, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo André.

- (A) Os membros do conselho farão jus à remuneração correspondente a um salário mínimo.
- (B) Cabe ao Poder Executivo cadastrar as entidades interessadas em participar dos conselhos, podendo vetá-las, desde que haja motivação.
- (C) Cada conselho promoverá anualmente, no mínimo, cinco reuniões plenárias abertas à participação de todos os cidadãos.
- (D) O mandato dos membros dos conselhos será de, no máximo, dois anos, sendo vedada a reeleição.
- (E) Quando da mudança do Chefe do Executivo, fica facultada a este a renovação de seus representantes no conselho.

60. Considere que a Secretaria de Educação do Município de Santo André deseja celebrar contrato de gestão com uma organização social e, entre os critérios de seleção, estipulou a necessidade de a entidade ter como domicílio o Município de Santo André.

Com base na situação hipotética e no disposto no Decreto Municipal nº 14.905/2003, é correto afirmar que o critério de seleção referido é

- (A) inaceitável, assim como também não se admite a exigência de experiência de trabalho da organização no local de domicílio do órgão parceiro estatal.
- (B) aceitável, assim como também se admite a obrigatoriedade de consórcio ou associação com entidades sediadas na localidade onde deverá ser celebrado o Contrato de Gestão.
- (C) inaceitável, mas admitir-se-ia como critério de seleção o volume de contrapartida oferecido pelas Organizações Sociais.
- (D) aceitável, mas não se admitiria a exigência de experiência de trabalho da organização no local de domicílio do órgão parceiro estatal.
- (E) inaceitável, mas admitir-se-ia a obrigatoriedade de associação com entidades sediadas na localidade onde deverá ser celebrado o Contrato de Gestão.

